



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

PAD n.º 15843/2019

Assunto: Revogação Pregão nº 09/2020

Parecer n.º 168/2020

1. Chegam os autos a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos com proposta para a revogação do Pregão nº 09/2020 (doc. nº 51340/2020), em razão da suspensão do atendimento ao público externo, medida adotada por este Tribunal mediante a edição da Portaria nº 106/2020.

1.1. A suspensão do atendimento se deu em razão da pandemia COVID-19, para a qual se recomenda, como uma das medidas de prevenção ao contágio e disseminação, o chamado *distanciamento social*.

2. Nesse contexto, ressalta a ASSESD que “delineou-se a iminente perda do objeto da licitação”, lembrando, ainda, que há um “cenário imprevisível para a redefinição de novas datas para a execução contratual”.

É o breve Relatório.

3. *Ab initio*, cabe lembrar que diferente da anulação, para a qual se pressupõe a existência de ilegalidade ou o vício de um ato, na revogação se está diante de um ato válido, sem vícios, porém, não mais oportuno ou conveniente. É usada, portanto, na esfera do poder discricionário da Administração.

4. Neste particular, assim prevê a Lei nº 8.666/93:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

(...)

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5. Sendo assim, assiste razão à ASSESD, pois a suspensão do atendimento ao público externo interfere diretamente nas atividades antes programadas para o chamado *final de alistamento eleitoral*, estando entre elas a contratação de infraestrutura para montagem e instalação em áreas destinadas à recepção dos eleitores. Uma vez que se interrompeu temporariamente e sem previsão de retorno, o atendimento presencial aos eleitores, de fato, impõe-se, a revogação¹ do certame.

6. Entretanto, verificamos que o **item 3** não se destinava apenas ao período de fechamento do cadastro, como se vê na própria descrição do objeto: *serviço de locação de cerca metálica, toldos e sanitários químicos, incluindo instalação, manutenção, preventiva e corretiva, desmontagem e retirada destes, para utilização no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia no período de fechamento do cadastro eleitoral (todos os itens) e no período eleitoral (item 3 do Tópico 3.1 do Termo de Referência).*

7. Conquanto já não se possa manter a data inicial da prestação dos serviços, fixada em 30.03.2020, é fato que para a locação dos toldos (**item 3**) a licitação ainda poderia ser aproveitada, com a consequente e obrigatória prorrogação do prazo para início da execução dos serviços, **salvo** registro de que a mudança em questão (suspensão do atendimento ao público externo) ou alguma outra razão, eventualmente relacionada com a pandemia do COVID-19, provoca e impõe o desinteresse da Administração também quanto aos *toldos* destinados às atividades dos setores ATRAN, SEGEA e SEGEP.

7.1. Vale dizer que a locação do **item 3** compreenderia o **período de 30.03 a 27.11.2020**.

8. Pelo exposto, opinamos pela **revogação** dos itens 1 e 2 do Pregão nº 9/2020, nos termos defendidos pela ASSESD (doc. nº 51340/2020), estendendo-se o desfazimento para o item 3, desde que reste consignado nos autos as justificativas para tanto, em razão de ter período de locação superior ao período que, a princípio, estaria afetado pela suspensão do atendimento ao público externo (fechamento do cadastro eleitoral).

8.1. As empresas precisarão ser devidamente notificadas, conforme previsto no artigo 49, § 3º, da Lei nº 8.666/93, acima transcrito (tópico 4), haja vista já se ter consumado a respectiva adjudicação.

É o parecer, *sub censura*.
À ASSESD.

Salvador, 30 de março de 2020.

Silene Mascarenhas de Souza
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

¹Não há notícia de vícios ou ilegalidades no edital, mas há razão superveniente que impede a continuidade da licitação.